



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

INFORMAÇÃO Nº 19/2019-DIAPES

Brasília, 20 de março de 2019.

PROCESSO Nº 31.929/2018

ÓRGÃO DE ORIGEM: Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF.

ASSUNTO: **Consulta.**

EMENTA: Consulta a respeito da necessidade de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor público, ainda que o recebimento tenha ocorrido de boa-fé e decorrente de erro exclusivo da Administração. Revisão do entendimento adotado no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/2007, estampado no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Casa e mantido pela Decisão nº 3.478/2014.

Decisão nº 475/2019 – conhecimento.

Considerações. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de consulta formulada pela Procuradora-Geral do Distrito Federal a respeito da necessidade de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor público, ainda que o recebimento tenha ocorrido de boa-fé e decorrente de erro exclusivo da Administração.

2. Pretende, assim, rever o entendimento adotado por este Tribunal no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/2007, estampado no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Casa e mantido pela Decisão nº 3.478/2014.

3. Alega a consulente que o Superior Tribunal de Justiça – STJ alterou seu entendimento quanto ao assunto, fixando posição em sentido contrário ao adotado até o momento por este Tribunal.

4. A fim de comprovar o alegado, colaciona diversos julgados daquele Superior Tribunal publicados entre 2015 e 2018, entre os quais destaca-se o mais recente:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORARIO. PAGAMENTO INDEVIDO POR ERRO DA ADMINISTRAÇÃO NO ENQUADRAMENTO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. INDEVIDA A RESTITUIÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, "ao julgar o MS 19.260/DF, no dia 03/09/2014, da relatoria do Min. Herman Benjamin,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

decidiu, por unanimidade, ser descabida a devolução ao Erário de valores recebidos pelo servidor, nos casos em que o pagamento reputado indevido se deu por erro de cálculo ou operacional da Administração, o que evidencia a boa-fé objetiva do servidor no recebimento da verba alimentar" (AgRg no AREsp 766.220/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/11/2015).

2. No presente caso, verifica-se a existência de erro exclusivamente da Administração, consubstanciado no equivocado enquadramento da recorrente na Classe C, Nível I, da Tabela de Cargos e Salários de Professores do SECITEC, equiparando, por consequência, seu salário à remuneração de professor portador do título de mestre. Descabida, portanto, a devolução dos valores recebidos de boa-fé pela recorrente.

3. "O elemento configurador da boa-fé objetiva é a inequívoca compreensão, pelo beneficiado, do caráter legal e definitivo do pagamento" (REsp 1.657.3301RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/04/2017).

4. Recurso ordinário provido.

(RMS 55.045/MT, Rel. Ministro SERGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 10/04/2018)

5. Assim, alega que "o Superior Tribunal de Justiça, inclusive por meio de seu mais representativo órgão jurisdicional, a Corte Especial, fixou entendimento de que não deve haver a restituição, mesmo quando se trata de erro da Administração, se o servidor estiver de boa-fé".

6. Segue asseverando que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFTR reiteradamente decide no mesmo sentido do STJ. Colaciona, igualmente, vasta jurisprudência do TJDFTR quanto ao tema, com decisões publicadas entre 2017 e 2018, entre as quais destaca-se:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO RECEBIDO EM DUPLICIDADE. SERVIDORES PÚBLICOS. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. BOA-FÉ. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. SENTENÇA MANTIDA.

1. Embora seja lícito à Administração Pública rever seus próprios atos quando eivados de vícios ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, não são restituíveis os valores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

recebidos pelos servidores públicos e/ou pensionistas quando percebidos de boa-fé devido a erro da Administração Pública, mormente em virtude do caráter alimentar da verba recebida. Recurso Especial Repetitivo nº. 1.224.182/PB.

2. A boa-fé dos servidores públicos na percepção dos valores é presumida, posto que resvala na própria presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo o qual determinou o pagamento, com base em interpretação equivocada da Administração Pública.

3. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.1112175, 20160110812057APO, Relator: EUSTÁQUIO DE CASTRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 26/07/2018, Publicado no DJE: 31/07/2018. Pág.: 521/529)

7. Por fim, afirma que, em virtude do entendimento judicial pacífico, o “servidor que seja compelido, nas condições mencionadas, a devolver valores que recebeu de boa-fé, reverterá a decisão administrativa no Poder Judiciário”, situação que tem ocorrido com frequência, “sendo muitas as decisões judiciais contrárias a Fazenda Pública local neste tema”.

8. Dessa forma, “levando em conta que a judicialização destas questões causa danos ao erário, causados não só pela movimentação da máquina jurídica do Estado, mas, de igual modo, em face da condenação nos ônus da sucumbência, é que se mostra razoável o pleito de modificação, na espécie, do entendimento desta colenda Corte”.

9. A mencionada consulta foi conhecida por este Tribunal por meio da Decisão nº 475/2019, *in verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da consulta formulada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (peça 3); II – dar ciência desta decisão à consulente, informando-a de que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE para exame de mérito da consulta em voga.

10. Dessa forma, passa-se à análise de mérito da consulta em apreço.

11. Cabe esclarecer que o entendimento jurisprudencial trazido à baila pela consulente não é novo, já se observando decisões no sentido defendido quando da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

análise do Processo nº 34.771/2013, que tratou de estudos especiais a respeito da necessidade ou não de ressarcimento de quantias indevidamente percebidas por servidores de boa-fé, a fim de que esta Corte avaliasse a conveniência ou não de revogar/ajustar o Enunciado nº 79 de suas súmulas de jurisprudência.

12. Quando da análise do feito citado, que deu origem à Decisão nº 3.478/2014, esta Unidade Técnica (fl. 29 – Processo nº 34.771/2013) mencionou entendimento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) no sentido de que não cabe devolução de parcelas de caráter alimentar recebidas de boa-fé. Segundo o voto proferido, o citado dispositivo deveria ser “interpretado de forma restritiva, em virtude da natureza alimentar do benefício previdenciário, não cabendo desconto no benefício a título de restituição de valores pagos aos segurados por erro administrativo”. Colacionou, ainda, julgados do TJDF e do Supremo Tribunal Federal – STF no mesmo sentido.

13. Entretanto, tendo em vista o disposto no artigo 120 da Lei Complementar nº 840/2011 e o fato de não haver nenhuma decisão de caráter vinculante para a Administração prolatada pelo Poder Judiciário até aquele momento, sugeriu esta Unidade Técnica, naquela oportunidade, a manutenção do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Casa, positivado no referido art. 120 da LC nº 840/11, no que foi seguida pelo Tribunal, nos termos da Decisão nº 3.478/2014, *in verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) conhecer do estudo elaborado no âmbito da SEFIPE; 2) preservar o posicionamento adotado no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/07, qual seja: “a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência, por si sós, não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário”; 3) manter o entendimento estampado no Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Casa, que foi corroborado pelo art. 120 da Lei nº 840/11; 4) deliberar no sentido de que a aplicação dos normativos citados no item III, no tocante à eventual necessidade de ressarcimento, exige exame detalhado da situação fática, ou seja, cada caso merece sua pertinente apreciação; 5) determinar à Sefipe que, em autos apartados, realize estudos acerca do tema necessidade ou não de ressarcimento de quantias indevidamente percebidas por força de decisão judicial posteriormente cassada/reformada; 6) autorizar o arquivamento do processo.

14. Quanto ao REsp 1.244.182/PB, mencionado na peça apresentada pela PGDF, insta salientar que o mesmo deu origem ao Tema 531, julgado em 10.10.2012 e transitado em julgado em 21.11.2012, segundo o qual “quando a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Administração Pública **interpreta erroneamente uma lei**, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público”, verbete esse, a princípio, em consonância com o preconizado no Enunciado nº 79¹ das Súmulas de Jurisprudência desta Casa, que exige o ressarcimento nos casos em que ocorra erro de interpretação de norma.

15. Observe-se que o REsp 1.244.182/PB, que resultou no Tema 531 mencionado, foi julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, sendo afetado à Primeira Seção do STJ por ser representativo da controvérsia. Decidiu-se, assim, pela dispensa do ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente pelo servidor apenas no caso de interpretação errônea de lei pela Administração Pública, uma vez que geraria falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos.

16. Segue ementa do acórdão no REsp 1.244.182/PB:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR **INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI**. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de **interpretação equivocada de lei**.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, **quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei**, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

¹ Súmulas de jurisprudência – Enunciado 79: Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, **dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência**, salvo se houver erro crasso de procedimento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

5. Recurso especial não provido.

17. Na mesma toada é a orientação reiterada do STF (STF, Tribunal Pleno, MS 25.641/DF, Relator Min. Eros Grau, DJe 22.02.2008), segundo o qual a reposição ao erário dos valores percebidos pelos servidores torna-se desnecessária quando concomitantes os seguintes requisitos: i) presença de boa-fé do servidor; ii) ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; iii) **existência de dúvida plausível sobre a interpretação**, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; iv) **interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração**.

18. Nada obstante, o próprio STJ, recentemente, tem dado interpretação mais abrangente ao contido no Tema 531 retromencionado, aplicando a mesma orientação de dispensa de ressarcimento nos casos de mero equívoco operacional ou erro material da Administração Pública, uma vez que “o requisito estabelecido para a não devolução de valores pecuniários indevidamente pagos é a boa-fé do beneficiário que, ao recebê-los na aparência de serem corretos, firma compromissos com respaldo na pecúnia”, conforme se observa do acórdão no REsp 1.792.018-RJ:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GDATEM. PAGAMENTO A MAIOR. ERRO MATERIAL DA ADMINISTRAÇÃO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INCABÍVEL. ACÓRDÃO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.244.182/PB, firmou o entendimento de que não é devida a restituição de valores pagos de boa-fé, por força de interpretação errônea ou má aplicação da lei por parte da Administração. **Outrossim, a mesma orientação tem sido aplicada nos casos de mero equívoco operacional ou erro material da Administração Pública, como é o caso em tela.**

2. **O Tribunal de origem consignou o erro exclusivamente imputável à Administração e a boa-fé do servidor, além dos indícios de dificuldade em constatar o equívoco.**

3. O requisito estabelecido para a não devolução de valores pecuniários indevidamente pagos é a boa-fé do beneficiário que, ao recebê-los na aparência de serem corretos, firma compromissos com respaldo na pecúnia. A escusabilidade do erro cometido pelo agente autoriza a atribuição de legitimidade ao recebimento da vantagem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

4. Dessume-se, portanto, que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ. Incidência da Súmula 83/STJ.

5. Recurso Especial não conhecido.

(STJ, 2ª Turma, REsp 1.792.018-RJ, Relator Min. Herman Benjamin, DJe 11.03.2019)

19. Dessa forma, observa-se que o STJ tem dispensado o ressarcimento, também, no caso de boa-fé do servidor associada a erro exclusivo da Administração Pública, que não pode ser crasso, haja vista que a escusabilidade do erro cometido pelo agente autoriza a atribuição de legitimidade ao recebimento da vantagem.

20. Amplia-se, portanto, o entendimento inicialmente estabelecido pelo REsp 1.244.182/PB (Tema 531), equiparando-se equívoco operacional ou erro material, não crasso, da Administração Pública com falha de interpretação de norma para fins de ressarcimento e da aplicação da jurisprudência do STJ sobre o tema.

21. No mesmo sentido é o Agravo Interno no REsp 1.606.811/PR, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, julgado em 06/12/2016, DJe 03/02/2017.

22. O TJDF, por sua vez, seguindo a orientação do STJ, tem dispensado o ressarcimento dos valores indevidamente pagos a servidor com base nos requisitos da boa-fé e do erro exclusivo da Administração Pública, além do caráter alimentar das verbas recebidas:

"ADMINISTRATIVO. VALORES PAGOS. FORMA INDEVIDA. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DESCONTO EM FOLHA. SERVIDOR. ERRÔNEA INTERPRETAÇÃO OU MÁ APLICAÇÃO DA LEI. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. ERRO OPERACIONAL. CARÁTER ALIMENTAR DA VERBA RECEBIDA. VALORES RECEBIDOS POR SERVIDOR PÚBLICO DE BOA-FÉ.

1. A jurisprudência do STJ, atualmente, entende que, uma vez constatado erro operacional do sistema de pagamentos, tal fato obriga a Administração Pública a sanar o equívoco e buscar a restituição da situação dos envolvidos ao seu *status quo ante*.

2. Tal circunstância não corre quando se trata de interpretação errônea do texto legal. Nessa circunstância, torna-se incabível a devolução de valores percebidos por servidor público de boa-fé. REsp Repetitivo nº 1.244.182/PB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

3. Discordância em relação à jurisprudência do STJ: em virtude do caráter alimentar da verba recebida, não cabe devolução ao erário, como preceitua o artigo 46 da Lei 8112/90, de valores recebidos por servidor público, se estes forem obtidos de boa-fé e pagos indevidamente por erro exclusivo da Administração Pública, seja qual for a modalidade de erro.

4. Ordem concedida."

(Acórdão nº 838394, 20140020227765MSG, Relator: FLAVIO ROSTIROLA, Conselho Especial, Data de Julgamento: 09/12/2014, Publicado no DJE: 16/12/2014. p. 16)

23. Merecem destaque outras duas decisões recentes prolatadas pelo tribunal local representativas de seu posicionamento predominante e que ilustram a situação trazida à baila pela consulente.

24. A Ação de Conhecimento 0743382-55.2018.8.07.0016 foi proposta por servidora distrital no 1º Juizado Especial de Fazenda Pública do DF, tendo por objeto a suspensão de eventuais descontos em sua folha de pagamento, referentes ao pagamento indevido de auxílio-alimentação.

25. Em primeira instância, a juíza do caso entendeu que, “embora tenha a Administração Pública o poder de rever seus próprios atos, quando eivados de erro ou ilegalidade, essa revisão não possibilita seja imposta ao servidor a devolução do que recebeu supostamente de forma indevida, uma vez que se trata de verba de caráter alimentar, recebida de boa-fé”.

26. Asseverou que o ressarcimento se daria apenas no caso de prova inequívoca de má-fé da servidora ou de sua colaboração para o equívoco da Administração Pública que resultou no pagamento indevido.

27. Ao final, confirmou a tutela de urgência e, no mérito, julgou procedente os pedidos para determinar ao Distrito Federal que se abstivesse de promover descontos nos vencimentos da servidora, bem como restituísse os valores eventualmente descontados na sua folha de pagamento durante o trâmite processual, devidamente corrigidos e acrescido dos juros de mora.

28. Em sede de recurso inominado, a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF manteve a decisão *a quo* por seus próprios fundamentos, conforme Acórdão 1.152.336 (publicado em 28.02.2019), acrescentando que “o pagamento de verba de natureza alimentar por **erro da Administração ou por incorreta interpretação da lei, sem que o servidor tenha contribuído para o equívoco ou constada a sua manifesta má-fé, é irrepetível**, pois gera no beneficiário a legítima



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

expectativa de legalidade quanto ao valor percebido e que passa integrar o seu patrimônio de forma definitiva, de modo que não há que se falar em violação ao art. 120 da Lei Complementar distrital 840/2011”.

29. Cita, ademais, precedente da própria turma recursal (Acórdão n. 1.040.365, 0731668-69.2016.8.07.0016, Relator Soníria Rocha Campos D'assunção, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, data de julgamento: 18/08/2017, publicado no DJe: 05/09/2017).

30. A segunda decisão do TJDFT diz respeito à Ação Ordinária 2015.01.1.031452-6, ajuizada por militar reformado do CBMDF a fim de evitar o ressarcimento ao erário de valores recebidos indevidamente pela Administração, realizado com fundamento em determinação deste TCDF.

31. Em primeira instância, julgou-se procedente o pedido para determinar ao Distrito Federal que se abstinhasse de proceder, nos proventos do militar, descontos mensais referentes à restituição de valores recebidos a maior a título de Adicional de Certificação Profissional, com esteio no precedente informado no § 22 desta informação (Mandado de Segurança 2014.00.2.022776-5).

32. Em sede de apelação/reexame necessário, a 1ª Turma Cível do TJDFT conheceu do recurso, mas não o proveu, sob o argumento de que “a boa-fé isenta o servidor público da obrigação de restituir os valores indevidamente lançados em sua folha de pagamento, desde que não tenha concorrido para o erro do órgão pagador” (Acórdão n. 1.156.445, 2015.01.1.031452-6 APO, Relator Nídia Corrêa Lima, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 27/02/2019, publicado no DJe: 08/03/2019, pág.: 338-346). Reiterou, assim, o entendimento segundo o qual a boa-fé associada ao erro exclusivo da administração isenta o servidor do ressarcimento das quantias recebidas indevidamente.

33. Dessa forma, assiste razão à consultante no sentido de que “o servidor que seja compelido, nas condições mencionadas, a devolver valores que recebeu de boa-fé, reverterá a decisão administrativa no Poder Judiciário”, haja vista o posicionamento dominante no TJDFT e no STJ sobre a dispensa de ressarcimento ao erário em caso de boa-fé associada a erro exclusivo da Administração Pública, ainda que se trate de mero equívoco operacional ou erro material, desde que não crasso, não se limitando à hipótese de erro de interpretação de norma contida no Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Casa.

34. Entretanto, a despeito da divergência entre o entendimento jurisprudencial citado e o deste TCDF, consubstanciado no mencionado enunciado, a lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal expressamente determina o ressarcimento dos valores ainda que o servidor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

não tenha dado causa ao erro, eximindo sua devolução apenas no caso de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.

35. Nesse sentido dispõem os artigos 119 e 120 da LC nº 840/11:

Art. 119. As reposições e indenizações ao erário devem ser comunicadas ao servidor para pagamento no prazo de até dez dias, podendo, a seu pedido, ser descontadas da remuneração ou subsídio.

[...]

§ 2º No caso de erro no processamento da folha de pagamento, o valor indevidamente recebido deve ser devolvido pelo servidor em parcela única no prazo de setenta e duas horas, contados da data em que o servidor foi comunicado.

Art. 120. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação **não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.**

Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.

36. Outrossim, cumpre destacar que não há, até o momento, nenhuma decisão judicial com caráter vinculante para a Administração no sentido da impossibilidade de ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelos servidores públicos de boa-fé em razão de erro exclusivo da Administração Pública.

37. Não se pode olvidar que a atuação administrativa do Estado permanece jungida aos princípios expressos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal (artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal), entre eles o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite, não podendo, por simples ato ou decisão administrativa, conceder direitos, criar obrigações ou impor vedações aos administrados².

38. Ao contrário da Lei nº 8.112/90 (em que não há dispositivo exigindo, expressamente, a devolução de valores percebidos de boa-fé), e do constante no art. 115, inciso II, da Lei 8.213/91 (no qual o legislador utilizou a expressão podem), o art. 120 da LC nº 840/11 (ressalvando os valores referentes a aplicação retroativa de nova interpretação da norma legal de regência) é taxativo no sentido de que o

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012. Página 65.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

pagamento efetuado em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, **ainda que ele não tenha dado causa ao erro.**

39. Com efeito, a partir de 2012 a questão passou a ser tratada de forma expressa e exaustiva pela lei, e não mais por este Tribunal de Contas por meio do Enunciado nº 79, razão pela qual se entende que o mesmo perdeu eficácia com o advento da LC nº 840/11, não comportando, portanto, revisão.

40. A rigor, a liberação do ressarcimento de quantias recebidas indevidamente por servidores distritais nos casos de boa-fé e erro exclusivo da Administração Pública, defendida pela consulente, deve passar necessariamente pelos artigos 119 e 120 da LC nº 840/11, quer pela via legislativa por meio de sua alteração/revogação, quer pela via judicial por meio de interpretação conforme ou do reconhecimento de sua inconstitucionalidade em sede de controle concentrado ou difuso com atribuição de efeitos *erga omnes* pelo Poder Legislativo (artigo 52, inciso X, CRFB e artigo 60, inciso XIX, LODF).

41. Quanto aos limites de atuação dos Tribunais de Contas por meio de consulta, cuja resposta possui caráter normativo, importante destacar que tal instituto não se presta a inovações legislativas, mas apenas a interpretar dispositivos legais existentes no ordenamento jurídico, não se confundindo interpretação jurídica com atuação legislativa positiva, sob pena de usurpação da competência precípua do Poder Legislativo.

42. Observa-se, portanto, que o ressarcimento dos valores pagos em desacordo com a legislação de regência aos servidores públicos distritais, ainda que não tenham dado causa ao erro, recebidos de boa-fé se dá em cumprimento ao texto expresso dos artigos 119 e 120 da LC nº 840/11, em pleno vigor, e não mais em razão do entendimento deste Tribunal consubstanciado em seu Enunciado nº 79.

43. Dessa forma, tendo em vista a perda de eficácia do mencionado enunciado com o advento da LC nº 840/11, que disciplinou de forma expressa e exaustiva a questão, entende-se incabível sua revisão com o objetivo de permitir a dispensa do ressarcimento no caso de boa-fé do servidor associada a erro exclusivo da Administração Pública, em contrariedade à previsão legal.

44. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

I. esclarecer à consulente que:

a. tendo em vista a perda de eficácia do Enunciado nº 79 deste TCDF com o advento da LC nº 840/11, que disciplinou de forma expressa e exaustiva a questão em seus artigos 119 e 120, entende-se incabível sua revisão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

com o objetivo de permitir a dispensa do ressarcimento no caso de boa-fé do servidor associada a erro exclusivo da Administração Pública, em contrariedade à previsão legal;

- b. a liberação do ressarcimento de quantias recebidas indevidamente por servidores distritais nos casos de boa-fé e erro exclusivo da Administração Pública deve passar necessariamente pelos artigos 119 e 120 da LC nº 840/11, quer pela via legislativa por meio de sua alteração/revogação, quer pela via judicial por meio de interpretação conforme ou do reconhecimento de sua inconstitucionalidade em sede de controle concentrado ou difuso com atribuição de efeitos *erga omnes* pelo Poder Legislativo (artigo 52, inciso X, CRFB e artigo 60, inciso XIX, LODF);

II. dar ciência da decisão que vier a ser adotada à PGDF; e

III. autorizar o arquivamento do feito.

À consideração superior.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Hugo Mesquita Póvoa

Auditor de Controle Externo

Matr. nº 1417-9